



# RESULTADOS 2025



RENOVANDO  
FROTAS.  
INOVANDO  
NEGÓCIOS.



BMB

TRUCKVAN



## VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 23.373.000/0001-32 - NIRE 35.300.512.642

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

Demonstrações Financeiras Resumidas em 31 de dezembro de 2025 (Conforme Parecer de Orientação da CVM nº 39 de 16/12/2021)

### Aviso

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/
- https://ri.grupovamos.com.br/informacoes-financeiras/resultados-trimestrais/
- https://sistemas.cvm.gov.br/
- https://www.b3.com.br/pt\_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 foi marcado por **recor-des operacionais e financeiros**, tanto em locação como em venda de Seminovos, e **entrega do nosso *guidance* para o ano**. As demonstrações do resultado apresentaram recordes de receita e EBITDA beneficiados pelo positivo desempenho dos serviços de locação, que mais que compensaram a normalização das margens de vendas de ativos e o ano desafiador no segmento de Indústria. Mesmo com o processo de normalização da depreciação de ativos e a manutenção da taxa básica de juros em 15%, conseguimos apresentar **inflexão do lucro operacional (EBIT) e do lucro líquido** no 4T25, resultado de todo o trabalho dedicado ao ganho de eficiência, produtividade e lucratividade.

Adicionalmente, entregamos todas essas conquistas cumprindo um dos grandes objetivos do ano, que foi **desalavancar a Companhia de forma orgânica, com aumento da geração de caixa operacional** tanto por locação como por venda de ativos, **diligência na compra de ativos novos, aumento da taxa de ocupação dos ativos existentes e sem depender da redução da taxa básica de juros**.

Os resumos desses e outros detalhes sobre cada segmento estão disponibilizados a seguir:

- VAMOS Locação:**
  - Recordes:** imobilizado bruto total, imobilizado bruto locado, contratos em vigor, contratos por cliente, receita líquida, EBITDA e EBIT;
  - Crescimento de forma diversificada:** redução da concentração da receita nos top100 clientes;
  - Capex Contratado:** TIRs do 4T25 e de 2025 foram as maiores desde 2022;
  - Aluguel de ativos usados (Sempre Novo + Extensões):** responsáveis por 32% do Capex Contratado do 4T25 e por 31% do ano de 2025. Mês de outubro/2025 apresentou contratação recorde do Sempre Novo;
  - Ativos retomados:** importantes quedas de 40,9% T/T e de 38,6% A/A no 4T25. Em 2025 a redução foi de 19,5% em relação a 2024. Sua representatividade do ativo imobilizado reduziu para 3,3% no 4T25 (anualizado) e 5,5% em 2025, explicada pela diligência nas aprovações de crédito, recuperação de recebíveis vencidos e menor exposição a setores voláteis;
  - Menor estoque de ativos 0km desde o IPO, com menor prazo de giro de estoque da história:** redução das compras de ativos novos para estoque e forte volume de Capex Implantado;
  - Menor estoque de ativos disponíveis para locação ou venda desde o 1T24:** redução de 12% no ano, com consumo de R\$1,3 bilhão através de locação (R\$716 milhões) e de venda de ativos (R\$614 milhões);
  - Aumento da ocupação e produtividade:** imobilizado bruto locado recorde e a maior taxa de ocupação desde 2020 (87%), com aumento de 11% da receita líquida enquanto o imobilizado bruto total cresceu apenas 5%;
  - Inadimplência em queda:** redução para 0,8% da receita líquida de serviços, com a recuperação de créditos anteriormente provisionados de R\$17 milhões no 4T25 e menor incidência de atrasos nos pagamentos;
  - Rentabilidade:** margens EBITDA de 90% e EBIT de 66% no 4T25 foram as maiores do ano, sem ainda capturar todo o potencial de ocupação e diluição dos custos e despesas e em paralelo ao processo contínuo de normalização das taxas de depreciação.
- VAMOS Seminovos:**

- Recordes:** tanto em volume no ano (+103% A/A) como em receita (+85% A/A). Desde 2021, o crescimento médio (CAGR) foi de 77% ao ano;
- Margem EBITDA:** positiva em 1,2% no 4T25 e em 3,8% em 2025.
- Indústria:** resultado trimestral impactado por pior mix e menor volume de venda de implementos e ajuste de inventário na Truckvan. Somados os efeitos, houve prejuízo líquido de R\$13 milhões no 4T25.

Por fim, destacamos os esforços em melhorar o relacionamento da Companhia com o mercado de capitais, dando **maior transparência** quanto às oportunidades e desafios, abertura de **50 novos indicadores operacionais e financeiros**, divulgação de *Guidance* e prévias de resultados trimestrais, visando contribuir com o correto entendimento de nossos negócios. Seguindo essas boas práticas, divulgamos abaixo o nosso **Guidance para o ano de 2026**.

Indicadores Operacionais e Financeiros	Guidance 2026			Resultados 2025	% A/A		
	Menor	Média	Maior		Menor	Média	Maior
<b>Taxa de Ocupação da Frota em 31/12</b>	88%	90%	92%	87%	1p.p.	3p.p.	5p.p.
Compra de ativos novos (A)	3.000	3.250	3.500	3.001	0%	8%	17%
Sempre Novo (B)	400	500	600	422	-5%	18%	42%
Extensão de contratos (C)	600	750	900	777	-23%	-3%	16%
<b>Capex Implantado Total (A+B+C)</b>	<b>4.000</b>	<b>4.500</b>	<b>5.000</b>	<b>4.200</b>	<b>-5%</b>	<b>7%</b>	<b>19%</b>
<b>Receita Bruta de Venda de Ativos (D)</b>	<b>1.600</b>	<b>1.700</b>	<b>1.800</b>	<b>1.382</b>	<b>16%</b>	<b>23%</b>	<b>30%</b>
<b>Capex Líquido (A-D) <sup>1</sup></b>	<b>1.200</b>	<b>1.550</b>	<b>1.900</b>	<b>1.619</b>	<b>-26%</b>	<b>-4%</b>	<b>17%</b>
<b>Receita Líquida Consolidada</b>	<b>6.300</b>	<b>6.600</b>	<b>6.900</b>	<b>5.756</b>	<b>9%</b>	<b>15%</b>	<b>20%</b>
<b>EBITDA Consolidado</b>	<b>3.750</b>	<b>3.875</b>	<b>4.000</b>	<b>3.635</b>	<b>3%</b>	<b>7%</b>	<b>10%</b>
<b>Depreciação e Amortização</b>	<b>1.150</b>	<b>1.175</b>	<b>1.200</b>	<b>1.038</b>	<b>11%</b>	<b>13%</b>	<b>16%</b>
<b>Alavancagem em 31/12 <sup>2 3</sup></b>	<b>2,9x</b>	<b>3,0x</b>	<b>3,1x</b>	<b>3,2x</b>	<b>-0,3x</b>	<b>-0,2x</b>	<b>-0,1x</b>

<sup>1</sup> Valor menor calculado com o montante menor de compra de ativos novos e o valor maior de Receita Bruta de Venda de Ativos. Valor maior calculado de forma inversa.

<sup>2</sup> Para fins de *covenants*.

<sup>3</sup> Valor menor calculado com o valor menor de Dívida Líquida e o valor maior de EBITDA. Valor maior calculado de forma inversa.

Agradecemos a dedicação dos nossos colaboradores e a confiança de nossos clientes, fornecedores, acionistas e credores pela confiança em nosso trabalho. Seguiremos empenhados em entregar cada vez mais melhores resultados.

Gustavo Braga Couto - CEO

### BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024 - Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	320.004	102.026	325.423	152.938	Fornecedores	15	621.704	604.873	696.798	650.291
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	8	4.471.300	2.716.248	4.392.585	2.635.290	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	1.663.788	942.346	1.669.708	942.379
Instrumentos financeiros derivativos	6.3 (b)	55.455	-	55.455	-	Instrumentos financeiros derivativos	6.3 (b)	69.001	-	69.001	-
Contas a receber	9	608.304	497.321	667.582	540.228	Arrendamentos por direito de uso	17	7.860	5.293	20.684	14.923
Estoques	10	2.865	2.721	130.585	103.894	Cessão de direitos creditórios	18	666.483	556.847	666.483	556.847
Ativos desmobilizados disponíveis para venda	11	502.821	427.756	502.821	427.756	Obrigações trabalhistas		34.960	24.000	48.591	34.818
Tributos a recuperar		17.546	7.315	57.846	33.517	Tributos a recolher		43.807	15.288	51.482	24.502
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	20.4	247.779	189.302	253.296	194.322	Adiantamentos de clientes		42.248	56.564	64.488	71.562
Despesas antecipadas		13.116	11.229	15.483	13.526	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	23.3 (c)	128.764	249.104	132.628	249.606
Adiantamentos a terceiros		29.406	38.200	15.934	27.074	Obrigações a pagar por aquisição de empresas	19	15.249	15.404	85.698	102.011
Outros créditos		6.156	11.975	14.147	15.966	Outras contas a pagar		33.513	65.831	47.162	82.285
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>6.274.752</b>	<b>4.004.093</b>	<b>6.431.157</b>	<b>4.144.511</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.327.377</b>	<b>2.535.831</b>	<b>3.552.723</b>	<b>2.729.224</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>						<b>Não circulante</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	6.3 b	157.527	111.285	236.145	111.285	Fornecedores	15	37.434	32.744	37.434	32.744
Contas a receber	9	23.213	32.441	23.213	32.455	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	14.835.704	13.461.714	14.928.953	13.461.714
Tributos a recuperar		-	37.106	-	37.694	Instrumentos financeiros derivativos	6.3 (b)	149.955	100.473	149.955	100.473
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.1	-	-	68.130	60.789	Arrendamentos por direito de uso	17	44.606	37.205	70.869	74.149
Depósitos judiciais	21.1	792	1.166	1.799	1.825	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.1	973.954	862.041	973.954	862.041
Ativo de indenização	21.4	702	6.718	18.454	36.883	Cessão de direitos creditórios	18	637.736	499.048	637.736	499.048
Outros créditos		3.279	2.051	3.367	2.147	Provisão para demandas judiciais e administrativas	21.2	6.032	7.930	25.474	40.236
Investimentos	12.1	140.018	160.542	10.076	-	Obrigações a pagar por aquisição de empresas	19	22.667	19.829	22.667	19.829
Imobilizado	13	15.876.887	15.537.592	15.995.284	15.669.649	Outras contas a pagar		2.681	14.847	2.746	15.196
Intangível	14	123.052	120.760	176.962	179.789	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>16.710.769</b>	<b>15.035.831</b>	<b>16.849.788</b>	<b>15.105.430</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>16.325.470</b>	<b>16.009.661</b>	<b>16.533.430</b>	<b>16.132.516</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>20.038.146</b>	<b>17.571.381</b>	<b>20.402.511</b>	<b>17.834.654</b>
						<b>Patrimônio líquido</b>					
						Capital social	23.1	1.012.950	1.012.950	1.012.950	1.012.950
						Reservas de capital	23.2 (a/b)	1.585.669	1.586.080	1.585.669	1.586.080
						Ações em tesouraria	23.2 (c)	(174.919)	(112.864)	(174.919)	(112.864)
						Lucros prejuízos acumulados	23.4	-	(23.883)	-	(23.883)
						Reserva de lucros	23.3 (b)	154.819	-	154.819	-
						Outros resultados abrangentes		(16.443)	(19.910)	(16.443)	(19.910)
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.562.076</b>	<b>2.442.373</b>	<b>2.562.076</b>	<b>2.442.373</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>22.600.222</b>	<b>20.013.754</b>	<b>22.964.587</b>	<b>20.277.027</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados utilizados na locação</b>					
(-) Custo das vendas, locações e prestações de serviços	26	(1.130.641)	(818.933)	(1.454.143)	(1.116.359)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	26	(1.286.297)	(577.585)	(1.283.967)	(577.585)
<b>(-) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados</b>		<b>(2.416.938)</b>	<b>(1.396.518)</b>	<b>(2.738.110)</b>	<b>(1.693.944)</b>
<b>(=) Lucro bruto</b>		<b>2.977.306</b>	<b>2.959.374</b>	<b>3.017.602</b>	<b>3.005.368</b>
Despesas comerciais	26	(137.359)	(87.000)	(152.717)	(107.557)
Despesas administrativas	26	(125.789)	(91.114)	(187.483)	(153.437)
Provisão para perdas esperadas ( <i>impairment</i> ) de contas a receber	26	(88.639)	(184.528)	(91.315)	(184.612)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	900	(4.722)	25.863	3.279
Resultado de equivalência patrimonial	12.1	(47.158)	(32.768)	-	-
<b>(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>2.579.261</b>	<b>2.559.244</b>	<b>2.611.950</b>	<b>2.563.041</b>
Receitas financeiras	27	521.980	301.916	525.546	308.912
Despesas financeiras	27	(2.662.382)	(1.907.552)	(2.704.093)	(1.929.343)
<b>(=) Resultado financeiro líquido</b>		<b>(2.140.402)</b>	<b>(1.605.636)</b>	<b>(2.178.547)</b>	<b>(1.620.431)</b>
<b>(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>438.859</b>	<b>963.608</b>	<b>433.403</b>	<b>942.610</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	20.3	-	-	(1.885)	(4.260)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20.3	(110.157)	(228.679)	(102.816)	(213.421)
<b>(-) Total do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(110.157)</b>	<b>(228.679)</b>	<b>(104.701)</b>	<b>(217.681)</b>
<b>(=) Lucro líquido das operações continuadas</b>		<b>328.702</b>	<b>724.929</b>	<b>328.702</b>	<b>724.929</b>
Prejuízo após os tributos provenientes de operações descontinuadas (i)		-	(343.955)	-	(343.955)
<b>(=) Prejuízo das operações descontinuadas</b>		<b>-</b>	<b>(343.955)</b>	<b>-</b>	<b>(343.955)</b>
<b>(=) Lucro líquido do exercício</b>		<b>328.702</b>	<b>380.974</b>	<b>328.702</b>	<b>380.974</b>
(=) Lucro líquido básico por ação no final do exercício (Em R\$)	29 (a)	-	-	0,3111	0,6667
(=) Lucro líquido diluído por ação no final do exercício (Em R\$)	29 (b)	-	-	0,3111	0,6666
(=) Lucro líquido básico por ação de operações descontinuadas (Em R\$)	29 (a)	-	-	-	(0,3163)
(=) Lucro líquido diluído por ação de operações descontinuadas (Em R\$)	29 (b)	-	-	-	(0,3163)

(i) O montante apresentado como prejuízo após os tributos provenientes de operações descontinuadas, refere-se à alienação da Linha Amarela realizada no exercício anterior, conforme emissão das demonstrações financeiras anuais de 2024.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>328.702</b>	<b>380.974</b>	<b>328.702</b>	<b>380.974</b>
<b>Itens a serem ou que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado:</b>				
Ganho (Perda) sobre hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças de valor justo	5.164	(3.191)	5.164	(3.191)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(1.755)	1.650	(1.755)	1.650
Ganhos na conversão de operações no exterior	58	145	58	145
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>332.169</b>	<b>379.578</b>	<b>332.169</b>	<b>379.578</b>
<b></b>				

→ continuação

## VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição da social		438.859	963.608	433.403	942.610
<b>Ajustes para:</b>					
Depreciação e amortização	26	999.375	717.384	1.037.831	750.613
Resultado de equivalência patrimonial	12.1	47.158	32.766	—	—
Custo de venda de ativos desmobilizados	26	1.286.297	577.585	1.283.967	577.585
Provisão (reversão) para demandas judiciais e administrativas	26	4.118	269	3.666	(1.357)
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	26	88.639	184.528	91.315	184.612
Baixa de outros ativos imobilizados e intangíveis	12/13/24	2.262	6.391	18.552	24.416
Resultado nas operações de derivativos (hedge)	27	477.773	(41.702)	437.869	(41.702)
Juros sobre venda de participação societária	27	—	(24.479)	—	—
Juros sobre compra de ações a termo	27	—	5.891	—	5.891
Juros e variações monetárias e cambiais apropriados sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos e outros passivos financeiros	16/17	2.092.612	1.886.318	2.130.544	1.977.431
Despesas com captação	27	47.466	27.016	47.893	27.016
Juros sobre desconto de recebíveis	27	8.365	19.163	9.851	19.163
		<b>5.492.924</b>	<b>4.354.738</b>	<b>5.494.891</b>	<b>4.466.278</b>
<b>Variações em:</b>					
Contas a receber		(562.268)	(380.583)	(582.787)	(316.546)
Estoques		(144)	3.694	(26.691)	28.873
Tributos a recuperar		26.875	(6.423)	13.365	(54.063)
Fornecedores		21.521	164.521	51.197	122.857
Floor Plan		—	—	—	193.979
Obrigações trabalhistas e tributos a recolher		18.243	3.616	19.517	20.019
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes		(84.560)	(19.753)	(49.062)	(107.914)
<b>Variações no capital circulante líquido operacional</b>		<b>(580.333)</b>	<b>(234.928)</b>	<b>(574.461)</b>	<b>(112.795)</b>
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos	16/17	(1.806.999)	(1.192.339)	(1.824.340)	(1.214.526)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	30	(2.208.056)	(2.840.245)	(2.212.397)	(2.883.079)
Imposto de renda e contribuição social pagos	20.4	—	—	(1.041)	(5.356)
Investimentos (regates) em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		(1.755.052)	(1.094.153)	(1.757.295)	(975.908)
<b>Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>(857.516)</b>	<b>(1.006.927)</b>	<b>(874.643)</b>	<b>(725.386)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aumento de capital em controladas	12.1	(12.800)	—	(9.201)	—
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.1	(13.776)	(16.079)	(875)	—
Adições ao imobilizado	30	(14.819)	(3.668)	(39.817)	(32.041)
Adições ao intangível	14	(3.184)	(201)	(3.612)	(217)
Transação de compra de ações a termo	27	—	(5.891)	—	(5.891)
Caixa líquido decorrente da absorção de cisão		—	—	—	(68.691)
<b>Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento</b>		<b>(44.579)</b>	<b>(25.839)</b>	<b>(53.505)</b>	<b>(106.840)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	23.3. (c)	(249.104)	(340.387)	(249.104)	(340.568)
Pagamento de derivativos contratados para fins de hedge		(367.832)	(261.857)	(367.832)	(328.817)
Recebimento (pagamento) por opção de compra de taxa IDI		—	2.769	—	2.769
Recuperação de ações em tesouraria	22.2 (c)	(62.422)	(100.971)	(62.422)	(100.971)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	30	6.110.347	2.638.122	6.143.976	2.638.122
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	16/17	(4.750.097)	(652.395)	(4.799.659)	(707.997)
Novas cessões de direitos creditórios	18	1.439.882	200.949	1.439.882	200.949
Pagamento de cessão de direitos creditórios	18	(1.362.036)	(697.233)	(1.362.036)	(697.525)
Pagamento de parcelamento de aquisição de empresa		(2.174)	(12.443)	(5.681)	(97.928)
Vendas de recebíveis		363.509	319.362	363.509	319.362
<b>Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento</b>		<b>1.120.073</b>	<b>1.095.916</b>	<b>1.100.633</b>	<b>887.396</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>217.978</b>	<b>63.150</b>	<b>172.485</b>	<b>55.170</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>					
No início do período	7	102.026	38.876	152.938	97.768
No final do período	7	320.004	102.026	325.423	152.938
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>217.978</b>	<b>63.150</b>	<b>172.485</b>	<b>55.170</b>
<b>Principais transações que não afetaram o caixa, registradas no balanço</b>					
Captação de financiamentos para aquisição de imobilizado		(459.816)	(1.151.183)	(459.816)	(1.151.183)
Adição de direito de uso (IFRS 16)		(18.094)	(8.910)	(31.454)	(67.490)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos", "Controladora" ou "Companhia"), sediada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 6º andar, Itaim Bibi – São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, o que caracteriza o mais alto nível de governança corporativa no mercado de capitais brasileiro, sob o código de negociação VAMO3, desde o dia 29 de janeiro de 2021. A Companhia atua no segmento de locações de caminhões, máquinas e equipamentos pesados, disponibilizando ativos próprios a seus clientes por meio de contratos de aluguel, os quais podem assumir diferentes estruturas comerciais e prazos, conforme a natureza do ativo, o perfil do cliente e a estratégia comercial adotada, atuando também na venda dos ativos usados ao final do período locatório. A Companhia também atua no segmento industrial em atividades relacionadas a customização de caminhões e na fabricação e venda de implementos rodoviários. A Companhia é controlada pela Simpar S.A. ("Simpar"), que possui a participação direta de 56,8% de suas ações em 31 de dezembro de 2025 (56,0% em 31 de dezembro de 2024).

## 1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1. Relação de entidades controladas e coligadas: Segue abaixo lista das controladas de acordo com a estrutura societária da Vamos:

Razão social	Controlada	País sede	Atividade operacional	% Participação 31/12/2025	% Participação 31/12/2025
Vamos Seminovos S.A. ("Seminovos")	Direta	Brasil	Comércio de caminhões, máquinas e equipamentos	100,0	100,0
BMB Mode Center S.A. ("BMB Brasil") (i)	Indireta	Brasil	Customização de caminhões e ônibus	100,0	100,0
BMB Latin América Sociedade Anônima de Capital Variable ("BMB México") (i)	Indireta	México	Customização de caminhões e ônibus	100,0	100,0
Rafé Investimentos e Participações S.A. ("Rafé Investimentos") (i)	Indireta	Brasil	Holding não operacional	100,0	100,0
Braga Company Investimentos e Participações S.A. ("Braga Company") (i)	Indireta	Brasil	Holding não operacional	100,0	100,0
Truckvan Indústria e Comércio Ltda. ("Truckvan") (i)	Indireta	Brasil	Indústria e comércio de implementos rodoviários	100,0	100,0
Vamos Europe Societé Anonyme ("Vamos Europe")	Direta	Luxemburgo	Holding não operacional	100,0	—
BSIM Participações e Holding Ltda. ("BSIM") (iii)	Direta	Brasil	Holding não operacional	12,5	—

(i) Considerando que a companhia celebrou com os acionistas a opção de compra dos 30% remanescentes, as participações das controladas indiretas foram consideradas em 100% devido a adoção do método de aquisição antecipada. (ii) A Vamos Europe foi constituída em 31 de março de 2025, com sede em Luxemburgo, tendo como objetivo específico atuar como agente financeiro do Grupo Vamos no exterior. (iii) Em setembro de 2025, a Companhia realizou investimento correspondente a 12,5% de participação na BSIM na proporção do terreno adquirido pela Companhia juntamente com sua Controladora Simpar e outras controladas por ela. Vide nota explicativa 22.5.

## 1.2. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

O setor de locação de caminhões, máquinas e equipamentos permanece diretamente exposto a riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, dada sua relevância em emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e sua interação com a transição para uma economia de baixo carbono. A Companhia reconhece que as mudanças climáticas podem impactar seu modelo de negócio por meio de: **Risco físico:** maior variabilidade climática, eventos extremos e possíveis efeitos sobre a disponibilidade e uso dos ativos. **Riscos de transição:** mudanças regulatórias, evolução tecnológica, pressões de mercado e expectativas de stakeholders relacionadas a emissões e eficiência energética. **Riscos reputacionais:** aumento das exigências por transparência ESG e cumprimento de compromissos climáticos. Esses fatores podem afetar receitas, custos operacionais, captação de recursos e a competitividade no setor. Desde a implementação da Política de Mudanças Climáticas (2022) e em alinhamento à Política de Sustentabilidade, a VAMOS vem fortalecendo sua governança e incorporando mecanismos contínuos de monitoramento, mitigação e neutralização de emissões. Em 2025, destacam-se: **Renovação e eficiência da frota:** A empresa mantém uma frota com idade inferior à média nacional, utilizando veículos mais eficientes e menos poluentes. O ano foi marcado pelo lançamento do caminhão Aura pela BMB e oportunidade de aluguel com a VAMOS - veículos movidos a GNV/biomatano, contribuindo para a redução de emissões e para a transição energética no setor de transporte. **Promoção de energias renováveis:** A VAMOS busca ampliar o uso de fontes de energia renovável em suas operações de forma eficiente. **Neutralização de emissões:** A empresa neutraliza suas emissões diretas e indiretas de energia (escopos 1 e 2) através da compra de créditos de carbono. Além disso, oferece aos clientes a oportunidade de compensar as emissões de carbono geradas pela utilização da frota alugada, por meio do Programa Vamos Carbono Zero. **Melhoria contínua:** A empresa busca constantemente melhorar o monitoramento de suas emissões e aprimorar seus processos. A VAMOS está atenta às estratégias e às inovações do mercado relacionadas à transição para a economia de baixo carbono. A Companhia faz parte do Hub de Biocombustíveis e Elétricos do Pacto Global da ONU. No ano de 2025 passou a integrar os projetos Laneshift da C40 e E-Dutra, ambos voltados à mitigação de emissões no setor de transportes de carga. Dessa forma, pretende contribuir para a redução da intensidade das emissões em 15% até 2030 - objetivo assumido pela holding em 2021 com vistas aos Sustainability-Linked Bond, títulos do mercado financeiro emitidos por empresas que estabelecem metas ambientais e/ou sociais. O inventário de emissões é compilado e apresentado ao Comitê de Sustentabilidade bimestralmente, além de passar por auditoria independente a cada ano, englobando os escopos 1, 2 e 3. Desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia obteve em 2025 a nota B no Carbon Disclosure Project (CDP), mantendo-se acima da média global entre empresas de transporte e logística mais comprometidas com a agenda climática. Consequentemente, o Grupo Vamos anualmente vem renovando sua frota de veículos locados e o impacto pode ser verificado através da aquisição de novos veículos, máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 2.667.872 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.034.260 em 31 de dezembro de 2024) conforme nota 13.

## 1.3. Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma estadual (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas</b>					
Receitas e contrato com cliente		5.808.579	4.724.869	6.262.187	5.163.465
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	26	(88.639)	(184.528)	(91.315)	(184.612)
Outras receitas operacionais		24.838	2.857	47.318	9.739
		<b>5.744.778</b>	<b>4.543.198</b>	<b>6.218.190</b>	<b>4.988.592</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Custos das vendas, locação e prestação de serviços		(1.637.943)	(888.207)	(1.870.690)	(1.110.022)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(156.829)	(64.721)	(191.589)	(106.393)
		<b>(1.794.772)</b>	<b>(952.928)</b>	<b>(2.062.279)</b>	<b>(1.216.415)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>3.950.006</b>	<b>3.590.270</b>	<b>4.155.911</b>	<b>3.772.177</b>
<b>Retenções</b>					
Depreciação e amortização	26	(999.375)	(719.542)	(1.037.831)	(752.771)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>2.950.631</b>	<b>2.870.728</b>	<b>3.118.080</b>	<b>3.019.406</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	12.1	(47.158)	(32.766)	—	—
Receitas financeiras		545.446	292.067	550.010	299.632
		<b>498.288</b>	<b>259.301</b>	<b>550.010</b>	<b>299.632</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>3.448.919</b>	<b>3.130.029</b>	<b>3.668.090</b>	<b>3.319.039</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
<b>Pessoal</b>					
Remuneração direta		146.089	132.332	219.878	201.034
FGTS		11.086	8.598	16.435	13.915
Benefícios		17.583	14.108	30.209	26.933
		<b>174.758</b>	<b>155.038</b>	<b>266.522</b>	<b>241.882</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>					
Federais		177.950	257.042	207.845	277.831
Estaduais		91.904	99.549	146.184	154.071
Municipais		1.237	1.598	2.902	2.549
		<b>271.091</b>	<b>358.189</b>	<b>356.931</b>	<b>434.451</b>
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>					
Juros e despesas bancárias		2.662.382	1.883.072	2.704.093	1.904.896
Aluguéis de caminhões, máquinas e equipamentos	26	7.562	4.249	9.553	6.784
Aluguéis de imóveis	26	4.424	4.552	2.289	6.196
		<b>2.674.368</b>	<b>1.891.873</b>	<b>2.715.935</b>	<b>1.917.776</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>					
Lucros retidos do exercício		178.702	(23.883)	178.702	(23.883)
Absorção do prejuízo acumulado		—	(106.047)	—	(106.047)
Distribuição de dividendos in natura		—	220.904	—	220.904
Dividendos e juros sobre capital próprio do exercício		150.000	290.000	150.000	290.000
Lucros (prejuízos) da operação descontinuada (i)		—	343.955	—	343.955
		<b>328.702</b>	<b>724.929</b>	<b>328.702</b>	<b>343.955</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>3.448.919</b>	<b>3.130.029</b>	<b>3.668.090</b>	<b>3.319.039</b>

(i) O montante apresentado como prejuízo após os tributos provenientes de operações descontinuadas, refere-se integralmente à alienação da Linha Amarela realizada no exercício anterior, conforme apresentada e detalhada nas demonstrações financeiras anuais de 2024.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

## 1.4. Informações complementares

Os movimentos e saldos apresentados relativos às operações descontinuadas refletem exclusivamente transações e eventos já reconhecidos e adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024. Assim, para a correta compreensão de tais valores, as demonstrações financeiras de 2025 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício anterior, uma vez que os detalhes dessas transações não são reapresentados nas notas explicativas atuais por se referirem a fatos já integralmente reportados no período anterior.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS ADOTADAS

## 2.1. Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e às normas International Financial Reporting Standards - IFRS)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2026. Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **a) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo conforme divulgado nas notas explicativas, quando aplicável.

**2.1.1. Reclassificação das cifras comparativas - demonstração dos fluxos de caixa:** A Companhia está representando as cifras comparativas de 31 de dezembro de 2024, na demonstração dos fluxos de caixa, para reclassificar os valores de "juros e variações monetárias e cambiais apropriados relacionados a empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e outros passivos financeiros", anteriormente apresentados como atividades de financiamento, para atividades operacionais, uma vez que se tratam de itens que não afetam o caixa, e

→ continuação

## VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

passivo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes (ORA) ou por meio do resultado). Os ativos e passivos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo Vamos mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo ou passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) ou como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os ativos e passivos financeiros serão designados como valor justo por meio do resultado (VJR) ou como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos e passivos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR ou VJORA. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, conforme divulgado na nota explicativa 6.2. No reconhecimento inicial, o Grupo Vamos pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Esses ativos e passivos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado, veja divulgação na nota explicativa 6.3 (b) para derivativos designados como instrumentos de hedge.

Esses ativos e passivos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Esses ativos e/ou passivos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. A categorização dos instrumentos financeiros está demonstrada na nota explicativa 6.1.

**b) Desreconhecimento:** O Grupo Vamos desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram ou são transferidos em transação que implica a transferência substancial de riscos e benefícios, ou quando não há reparação de controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação é liquidada, cancelada ou expirada, ou quando seus termos são modificados de forma substancial, caso em que o passivo original é substituído por um novo, reconhecido a valor justo.

**2.6.2. Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**2.6.3. Instrumentos derivativos e contabilidade de hedge:** O Grupo Vamos contrata instrumentos financeiros derivativos não especulativos para proteção da sua exposição à variação de índices, câmbio ou taxas de juros decorrentes de certos empréstimos, financiamentos e debêntures ou com o objetivo de não ficar exposto à variação do valor justo de determinados instrumentos financeiros. Adicionalmente o Grupo Vamos optou pela contabilidade de hedge (hedge accounting), evitando assim o descasamento contábil na mensuração destes instrumentos. No início das relações de hedge designadas, o Grupo Vamos documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo Vamos também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças no valor justo e nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente. **a) Hedge de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados. A parcela efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer parcela não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida no resultado financeiro. O valor acumulado de instrumentos de *hedge* é reclassificado para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para caso de proteção de itens financeiros, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados no ajuste de avaliação patrimonial são imediatamente reclassificados para o resultado. **b) Hedge de valor justo:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de valor justo, as variações do seu valor justo são contabilizadas no resultado do exercício e o item (dívida) é mensurado também ao valor justo por meio do resultado. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire, vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. **c) Monitoramento de efetividade:** A efetividade da relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge é avaliada na data da designação considerando os aspectos qualitativos dos instrumentos, e quantitativos quando necessário. Geralmente o Grupo contrata instrumentos derivativos de hedge com valores de principal, bem como quantidades iguais aos do objeto de hedge, gerando assim os índices de hedge na relação de 1:1. É utilizado um método que captura as características relevantes da relação de proteção, que inclui as fontes de inefetividade de hedge. Dependendo desses fatores, o método de avaliação é qualitativo ou quantitativo. Desta forma, para manter níveis básicos de monitoramento, são observados: • O termo de designação evidenciado o índice de relação de proteção entre o(s) item(s) objeto e o(s) instrumento(s) de hedge respectivo(s); • O termo de designação descrevendo o método a ser utilizado para medir a relação de proteção prospectivamente; • Caso observado inefetividade, é feita a mensuração da mesma e contabilizada no resultado do exercício.

**2.6.4. Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos financeiros:** O Grupo Vamos reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para ao longo da vida útil do ativo. O Grupo Vamos utiliza uma “matriz de provisão” para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “ad hoc”. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revisados a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de *impairment* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 6.3.a, é detalhado como o Grupo Vamos determina se houve um aumento significativo do risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo Vamos não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo Vamos adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. O Grupo Vamos não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo Vamos para a recuperação dos valores devidos.

**2.7. Mensuração ao valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo Vamos tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo Vamos. Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo Vamos requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Veja nota explicativa 6.2. Quando disponível, o Grupo Vamos mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo Vamos utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo Vamos mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo Vamos determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

**2.8. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro do Grupo Vamos, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

**2.9. Ativos desmobilizados disponíveis para venda**

Para atender aos contratos de locação, o Grupo Vamos realiza a renovação contínua de sua frota. Os veículos, máquinas e equipamentos substituídos são reclassificados de Ativo Imobilizado para “Ativos desmobilizados mantidos para venda”, sendo mensurados pelo menor valor entre o saldo contábil líquido (valor de aquisição deduzido da depreciação acumulada) e o valor justo deduzido dos custos estimados para venda. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, com alta probabilidade de alienação em prazo médio inferior a um ano. Conforme a demanda, os ativos desmobilizados podem ser realocados novamente, retornando à classificado como imobilizado e retomada a contabilização da depreciação.

**2.10. Imobilizado**

**a) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **b) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando geram benefícios econômicos futuros para o Grupo Vamos. Gastos recorrentes de manutenção e reparos são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a classe do ativo imobilizado, a vida útil estimada do item e o valor estimado de venda ao final da vida útil - valor residual (método de depreciação por uso e venda). As taxas médias de depreciação dos bens para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão divulgadas na nota explicativa 13. A vida útil de veículos, máquinas e equipamentos é definida com base nos prazos dos contratos de locação com os quais estão relacionados. A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos com o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. O Grupo Vamos adota o procedimento de revisar, no mínimo anualmente, as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados e acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. A revisão do valor residual dos ativos tem impacto no valor depreciável destes e, por consequência, nas taxas de depreciação aplicadas até o final da vida útil dos ativos analisados, mas não altera a vida útil dos itens. **d) Teste de perda de valor recuperável dos ativos:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

**2.11. Intangível**

**2.11.1. Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos identificados da controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinações de negócios. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “Ativo intangível” nas demonstrações financeiras consolidadas e é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Os testes para refletir perdas de *impairment* são realizados anualmente, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de um negócio incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), que devem se beneficiar da combinação de negócios a partir da qual o ágio se originou.

**2.11.2. Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As taxas de amortização dos bens para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão divulgadas na nota explicativa 14.

**2.11.3. Acordo de não competição e carteira de clientes:** Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento/carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil definida e os valores são mensurados pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, conforme divulgado na nota explicativa 14.

**2.11.4. Marcas e patentes**

As marcas quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. Os ativos com vida útil indefinida não são amortizados e anualmente é realizado teste para perda de seu valor recuperável (“*impairment*”). Os ativos com vida útil definida são amortizados com base na vida útil estimada, conforme divulgado na nota explicativa 14.

**2.11.5. Amortização e teste de perda de valor recuperável (“impairment”)**

A vida útil do ativo intangível pode ser definida ou indefinida. Quando se trata de intangíveis com vida útil definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida útil do ativo. As taxas de amortização estão divulgadas na nota explicativa 14.1. Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao seu valor recuperável (“*impairment*”), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. As premissas e metodologias para realizar os testes de *impairment* dos ativos intangíveis sem vida útil definida, estão divulgadas na nota explicativa 14.2.

**2.12. Arrendamentos**

No início de um contrato, o Grupo Vamos avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo Vamos utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2)/IFRS 16. **a) Como locatário (arrendatário):** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento é alocada a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. O Grupo Vamos reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental. Como prática o grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo Vamos alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Grupo apresenta ativos de direito de uso e aqueles que, anteriormente, eram classificados como “arrendamento mercantil a pagar”, que não atendem à definição de propriedade para investimento em “ativo imobilizado” e passivos de arrendamento em “arrendamentos por direito de uso” e “arrendamentos a pagar” no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** O Grupo Vamos optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo Vamos reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **b) Como locador (arrendador):** Na qualidade de locadora, a Companhia avalia, na data de início de cada contrato, a classificação do aluguel como arrendamento financeiro ou arrendamento operacional, em conformidade com o CPC 06 (R2), com base na análise da transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos subjacentes. Essa avaliação considera, entre outros aspectos, a substância econômica de cada contrato, independentemente de sua forma jurídica. Os contratos de locação de caminhões, máquinas e equipamentos são classificados como arrendamentos financeiros quando, isolada ou conjuntamente, estiverem presentes indicadores que evidenciem que o controle econômico do ativo é transferido ao arrendatário, tais como: • o prazo do contrato representar a maior parte da vida econômica do ativo; • o valor presente dos pagamentos do arrendamento correspondente substancialmente ao valor justo do ativo; • existência de opção de compra com exercício razoavelmente certo ao final do contrato; • transferência dos principais riscos de obsolescência, utilização e valor residual ao arrendatário; ou • natureza especializada do ativo, sem alternativa de uso relevante pela Companhia ao término do contrato. A Administração exerce julgamento significativo nessa avaliação, considerando o histórico operacional, padrões de renovação contratual, políticas comerciais e características específicas dos ativos locados e, em 31/12/2025 e 31/12/2024, não existiam contratos considerados como arrendamento financeiro para fins contábeis. Os contratos de aluguel que não atendem aos critérios de classificação contábil como arrendamento financeiro são classificados como arrendamento operacional. Nesses casos: • os ativos permanecem registrados no imobilizado; • são depreciados ao longo de suas vidas úteis econômicas; e • as receitas de locação são reconhecidas no resultado de forma linear ao longo do prazo contratual.

**2.13. Cessão de direitos creditórios**

O grupo Vamos realiza a cessão de direitos creditórios de recebíveis originados de contratos de locação de máquinas, veículos e equipamentos firmados com seus clientes, para terceiros antecipando o fluxo de caixa futuro respectivo, descontando o valor presente pelo custo acordado da transação. Os valores recebidos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores capturados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira, utilizando o método da taxa efetiva da transação durante o período em que a dívida esteja em aberto.

**2.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“IRPJ e CSLL”)**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo Vamos nas aplicações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e executável de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo Vamos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

**2.15. Provisões**

**2.15.1. Geral:** Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente em consequência de um evento passado, quando é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

**2.15.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas:** O Grupo Vamos é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas de acordo com as alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**2.16. Receitas de contratos com clientes**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **a) Receita de locação (Arrendamento):** Para os contratos de aluguel que são considerados contabilmente como um arrendamento operacional, as receitas de locação são reconhecidas no resultado de forma linear ao longo do prazo contratual. **b) Receita de venda dos ativos desmobilizados:** Após o término do contrato de locação com seus clientes, o Grupo Vamos desmobiliza e vende os veículos, máquinas e equipamentos por meio das lojas de seminovos ou através de terceiros. O reconhecimento de receita da venda de ativos desmobilizados ocorre no momento da entrega dos mesmos aos seus compradores, momento em que ocorre a transferência dos respectivos riscos e benefícios. **c) Receita de industrialização e customização:** O Grupo Vamos, por meio de sua subsidiária Trunkvan, atua na comercialização de implementos rodoviários, carretas e unidades móveis. O reconhecimento de suas receitas ocorre no momento da entrega dos ativos vendidos aos seus compradores, momento em que ocorre a transferência dos respectivos riscos e benefícios. A BMB, subsidiária licenciada pela Volkswagen, é responsável pela industrialização de caminhões da marca, conforme especificações técnicas solicitadas pela montadora, realizando modificações como alongamento de eixo, alteração de filtros, adição de tanque, instalação de segundo eixo direcional, entre outras adaptações. Embora a maior demanda de industrialização seja da Volkswagen a BMB realiza a industrialização para clientes diversos.

**2.17. Benefícios a empregados**

**2.17.1. Benefícios de curto prazo:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo Vamos tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**2.17.2. Transação com pagamentos baseados em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa de pessoal, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente os direitos. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de outorgas para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de outorgas que efetivamente atendem às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

**2.18. Patrimônio Líquido**

**2.18.1. Capital social:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como reduções do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

**2.18.2. Recomprou e/ou cancelamento de ações (ações em tesouraria):** Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

**2.18.3. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor de dividendos acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Reunião do Conselho de Administração ou em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pelos acionistas. O benefício da dedutibilidade para fins de IRPJ e CSLL dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

**3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

Na preparação desta demonstração financeira individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e alterações são reconhecidas prospectivamente. Os julgamentos significativos realizados pela Companhia durante a aplicação das políticas contábeis do Grupo e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem

→ continuação

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

risco significativo de resultar em um ajuste material são os mesmos divulgados nas últimas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas, publicadas em 25 de março de 2025.

3.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **a) Consolidação** - determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; **b) Tratamento de arrendamento financeiro ou operacional** - determinação das políticas comerciais e histórico operacional dos ativos locados; **c) Demonstrações dos fluxos de caixa** - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras); o Grupo Vamos classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não têm a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional da Companhia.

3.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **a) Perdas esperadas (impairment) de contas a receber**: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; **b) Imobilizado**: definição do valor residual, da via útil e da taxa de depreciação; **c) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis**: teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio; principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **d) Imposto de renda e contribuição social diferidos**: reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; **e) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências**: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **f) Instrumentos financeiros derivativos**: determinação dos valores justos; **a) Distribuição de dividendos**: Conforme o Estatuto Social da Companhia, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para: (i) 5% destinados à constituição de reserva legal; e (ii) Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital para contribuição de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos". O Estatuto Social da Companhia permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser descontados do dividendo obrigatório anual. Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP) do exercício.

O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reserva de lucros.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	328.702	380.974
Lucro base reserva legal	328.702	380.974
Reserva Legal - 5% (i)	(16.435)	(19.049)
Base de cálculo dos dividendos	312.267	361.925
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	78.067	90.481
Dividendos mínimos obrigatórios por ação (Em R\$)	0,07	0,08

(i) A Companhia não constituiu reserva legal no presente exercício, uma vez que o montante da reserva legal acrescida do montante da das reservas de capital excede 30% do capital social. Na data de 02 de maio de 2025 a companhia realizou a liquidação dos dividendos declarados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 249.104. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o cálculo e a movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Juros sobre capital próprio	Dividendos a pagar	Juros sobre capital próprio	Dividendos a pagar
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	299.491	-	300.174	-
Juros sobre capital próprio declarados	290.000	-	290.501	-
Distribuição de lucros	-	980.000	-	-
Juros sobre capital próprio pagos	(299.491)	-	(300.174)	-
Dividendos realizados	-	(980.000)	-	-
Imposto de renda retido na fonte	(40.896)	-	(40.895)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	249.104	-	249.606	-
Juros sobre capital próprio declarados (i)	150.000	-	150.821	-
Distribuição de lucros	-	-	-	2.542
Juros sobre capital próprio pagos	(249.104)	-	(249.104)	-
Imposto de renda retido na fonte	(21.236)	-	(21.236)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	128.764	-	130.086	2.542

(i) Do montante constituído de juros sobre capital próprio R\$ 72.401 refere-se ao valor a pagar para sua controlada SIMPAR, conforme apresentado na nota explicativa 22.1.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Antonio Simões - Presidente do Conselho de Administração  
Denys Marc Ferrez - Conselho de Administração (Efetivo)  
Juliana Sá Vieira Baiardi - Conselho de Administração (Efetivo)  
Renato Horta Franklin - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)  
Maria Fernanda dos Santos Teixeira - Conselho de Administração Independente (Efetivo)

DIRETORIA EXECUTIVA

Gustavo Henrique Braga Couto - Diretor Presidente  
José Cezário Menezes de Barros Sobrinho - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores  
José Geraldo Santana Franco Junior - Diretor Comercial  
Rafael Gomes Vieira - Diretor

CONTADORA

Gabriela Aparecida Giaciani Zancheta - CRC n° 1SP269825/O-5

RELATÓRIOS E PARECERES

Relatório do auditor independente

O relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. em 25 de março de 2025, sem modificações. O relatório completo pode ser encontrado nos seguintes endereços eletrônicos:

- <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>
- <https://ri.grupovamos.com.br/informacoes-financeiras/resultados-trimestrais/>
- <https://sistemas.cvm.gov.br/>
- [https://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm](https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm)

# TRANSPARÊNCIA É POSICIONAMENTO

DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.



Líder em conteúdo de economia & negócios.

A força do Estadão  
**+56 MM**  
Impactos/mês



**+27,5 MM**  
De usuários únicos



Líderes e formadores de opinião leem o Estadão diariamente.

Fontes: Google Analytics dez/25 - Mídias Sociais - Seguidores e Inscritos. Estadão WhatsApp, Facebook, TikTok, LinkedIn, Instagram, YouTube, Threads e X (Twitter) em 15/12/25 - Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/25).



**ESTADÃO RI** Publicação simultânea na plataforma de relações com investidores.

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442